

SOCIUS Working Papers

**Migrações, remessas e
desenvolvimento:
o caso africano**

Nancy Curado Tolentino

Nº 09/2009

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

Índice

Resumo, 2

1. Contexto, 3

2. Retrato das migrações, 5

2.1. Intra-regional, 5

2.2. Instabilidade, 6

2.3. Conflitos, 7

2.4. Feminização, 9

2.5. Fluxos Migratórios, 10

3. Consequências económicas da migração internacional – o caso das remessas, 14

3.1. Remessas Financeiras, 15

3.2. Serviços financeiros, 18

3.3. Utilização das remessas, 20

3.4. Impacto da crise económica, 20

3.5. Custos e benefícios, 21

4. Nexos entre migrações e desenvolvimento, 22

5. Considerações finais, 26

Referências bibliográficas, 28

Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano

Nancy Curado Tolentino

Resumo: Os africanos, na sua maioria, migram dentro do próprio continente e constituem somente 9% da população mundial que migra internacionalmente. As migrações em África¹, para além de intra-regionais, são instáveis, grandemente fomentadas pelos conflitos e, à semelhança do resto do mundo, apresentam taxas cada vez maiores de participação feminina. O nexos mais evidente entre migrações e desenvolvimento, o fluxo de remessas financeiras, continua a crescer e distingue-se de outros fluxos externos de financiamento pela estabilidade, previsibilidade e por beneficiar directamente as famílias. Em cenário de crise, é o fluxo que menos diminui. Por estas razões, o assunto atrai atenção crescente de investigadores e políticos, dando lugar a uma conjuntura na qual predomina a ideia de existir uma correlação positiva entre migração e desenvolvimento. Entretanto, persiste a escassez de informação e a ausência de coerência e coordenação nas acções dos actores estatais e não estatais. Este texto pretende analisar, de forma sintética, os padrões das migrações, as remessas e a relação destas com o desenvolvimento em África, assunto pouco explorado em língua portuguesa.

¹ Neste trabalho, África é assim dividida: **Norte** (Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia), **Centro** (Angola, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe), **Este** (Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Uganda, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue), **Oeste** (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo) e **Sul** (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia). Segue a divisão feita pela UNDESA (2009), exceptuando o facto de aqui se incluir o Egipto e de se excluírem as ilhas Reunião e Santa Helena (dependências da França e do Reino Unido, respectivamente).

1. CONTEXTO

A migração constitui um elemento permanente na história do homem e é tão antiga quanto a própria humanidade. Contudo, persistem debates em torno de questões consideradas fundamentais como: (i) a migração deve ser considerada "natural", por ser um elemento constituinte do comportamento humano ou "não natural", por ser sobre o doloroso desenraizamento das pessoas dos seus lugares de nascimento e da sua igualmente difícil integração em outros países?; (ii) é um processo que constrói e fortalece as nações ou, pelo contrário, enfraquece-as?; (iii) será que leva ao enriquecimento dos países de origem, através do fluxo de remessas e de transferência de competências e tecnologia, ou ao seu empobrecimento, através da perda de talentos e da insuficiente atenção ao desenvolvimento de oportunidades de emprego no próprio país?

Neste princípio de século, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que 200 milhões de pessoas residem, por mais de um ano, fora dos países onde nasceram. Contrariamente à percepção generalizada nos países desenvolvidos, só cerca de 40% dos migrantes se movimentam no sentido Sul – Norte. Ou seja, a maioria migra entre países em desenvolvimento. E embora represente só 3% da população mundial, o fenómeno migratório tem chamado cada vez mais a atenção das organizações internacionais e afirma-se como uma situação em que todos ganham: o país de origem, o país de acolhimento e o migrante e sua família.

A dimensão e a complexidade que as migrações internacionais atingiram e comportam, fizeram com que o assunto entrasse nas agendas dos Estados. Estes, não podendo ignorá-lo, procuram perceber as dificuldades e as oportunidades que o fenómeno lhes apresenta.

Em 2003, sob o incentivo do seu secretário geral, Kofi Annan, a Organização das Nações Unidas (ONU) e um grupo de Estados criaram a Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI)², com o mandato de “facultar o enquadramento para a formulação de uma resposta coerente, completa e global à questão das migrações internacionais.” Foi pedido à CMMI que “promovesse um debate alargado entre os Estados e outros intervenientes acerca das migrações; que analisasse as falhas nas abordagens políticas actuais sobre migrações; que examinasse as inter-relações entre as migrações e outras questões globais; e que apresentasse recomendações adequadas ao Secretário-Geral da ONU, aos governos e às outras partes interessadas” (CMMI, 2005: 7). Entre as recomendações, a CMMI sublinhou a necessidade de se reforçar a ligação entre as migrações, a economia e o desenvolvimento, destacando que “o papel que os migrantes desempenham na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza nos seus países de origem, bem

² Criada em Dezembro de 2003, terminou a sua missão dois anos depois.

como o contributo que dão para a prosperidade dos países de destino, devem ser reconhecidos e reforçados.” (CMMI, 2005: 84).

Em 2006 teve lugar o Diálogo de Alto Nível que reuniu 130³ Estados membros da ONU em Nova Iorque. Estes entenderam que qualquer esforço de regulação e gestão da globalização, para ter sucesso, terá de incluir de forma inteligente e dinâmica as migrações internacionais. Na ocasião, os Estados representados “sublinharam a importância das políticas públicas relativas às migrações, nos países de origem e de destino, terem em conta o contexto da realização dos objectivos de desenvolvimento económico e social internacionalmente acordados, nomeadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”. (Tolentino e outros, 2008: 62).

Ao contrário do que aconteceu entre os anos 70 e 80, hoje as migrações e as remessas são consideradas importantes instrumentos para o desenvolvimento. Em África, à semelhança de outras regiões, a atenção agora centra-se no potencial das remessas enquanto factor de desenvolvimento socio-económico. Procura-se conciliar as razões que levam à migração com os potenciais benefícios que advêm do fluxo de remessas financeiras, competências e transferência de tecnologia. Isto é, procura-se tirar maior proveito da contradição que reside no facto da pobreza, uma das principais causas da emigração, levar às remessas que, por sua vez, têm um papel importante na redução da mesma.

Revela-se complexa a tarefa de analisar a relação entre migrações internacionais e desenvolvimento, visto que

- a) a natureza multi-facetada do conceito de desenvolvimento que, incluindo elementos económicos, sociais e políticos, não facilita a medição nem a interpretação de informação;
- b) a definição de remessas é por muitos considerada incompleta e imprecisa por não abranger toda a realidade;
- c) o processo de decisão para migrar tem um carácter endógeno e selectivo, e por isso difícil de ser estudado;
- d) as migrações não são uma estratégia de sobrevivência homogénea. Existem diversos motivos e diversas formas de migrar -- nacional e internacional, regular e irregular, forçada e voluntária, etc. E a estratégia escolhida tem repercussões, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho, ao apoio governamental e de instituições jurídicas, à educação e à formação, aos serviços de saúde, e à criação e acumulação de riqueza; e

³ Dos 192 Estados membros.

- e) não existindo um sistema coordenado de informação sobre migrações, a terminologia é vasta e imprecisa e os métodos de recolha, tratamento e registo da informação são muito diversos.

Tendo em mente tais restrições metodológicas, este trabalho pretende, de forma concisa e possível -- dada a vulnerabilidade da informação nesta área -- retratar as migrações em África e, entre as principais consequências económicas de tal fenómeno, dar especial atenção à transferência monetária feita pelo migrante para o seu país de origem – a remessa financeira. E, enfim, contribuir para o esclarecimento de como as migrações se relacionam com o desenvolvimento do continente africano.

2. RETRATO DAS MIGRAÇÕES

África tem uma longa tradição de migração. No passado, esta era determinada pela busca de segurança, busca de terras férteis para a agricultura e, mais tarde, pela dinâmica do comércio transariano entre o Mediterrâneo e o actual Sudão e as costas Este e Oeste. Posteriormente, o regime colonial alterou a motivação e a composição dos fluxos migratórios através da introdução e execução das várias estruturas económicas e políticas, estabelecendo limites territoriais e impondo regimes fiscais.

Nas últimas décadas, o continente tem assistido a uma dinâmica impulsionada pelo antigo desejo de união e cooperação intra-africana como forma de acelerar o desenvolvimento do continente. Tal estratégia tem-se baseado principalmente na cooperação económica, que é, por sua vez, efectivada nos acordos de comércio. Dependendo do grau de integração que um grupo de países esteja disposto a constituir, a integração pode ir da simples redução ou eliminação das tarifas de comércio intra-regional, a áreas mais formais da cooperação como a de livre movimentação de bens, capitais e pessoas. Actualmente, existem catorze blocos regionais, entre acordos comerciais⁴ e organizações intra-governamentais⁵, que permitem a livre circulação de pessoas nas respectivas regiões.

2.1. Intra-regional. Hoje, os migrantes africanos movimentam-se dentro do próprio país e, quando ultrapassam as fronteiras, deslocam-se essencialmente para países vizinhos, ou seja, dentro do continente. As regiões ocidental, meridional e magrebina destacam-se pela alta intensidade de movimento laboral, desencadeada por pólos de atracção que são países como a Costa do Marfim, o Gana, a África do Sul e a

⁴ Reconhecidos pela União Africana (mais conhecidos pelas siglas em inglês): Arab Maghreb Union (UMA), Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD), Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), East African Community (EAC), Economic Community of West African States (ECOWAS), Economic Community of Central African States (ECCAS), Inter-Governmental Authority on Development (IGAD), e Southern African Development Community (SADC).

⁵ Central African Monetary and Economic Community (CEMAC), Economic Community of the Great Lakes States (CEPGL), Indian Ocean Commission (IOC), Mano River Union (MRU), Southern African Customs Union (SACU) e West African Economic and Monetary Union (UEMOA).

Líbia. Em termos relativos à população nativa, os países menores são os mais afectados pela imigração, sendo exemplos os arquipélagos de Comores e Seychelles.

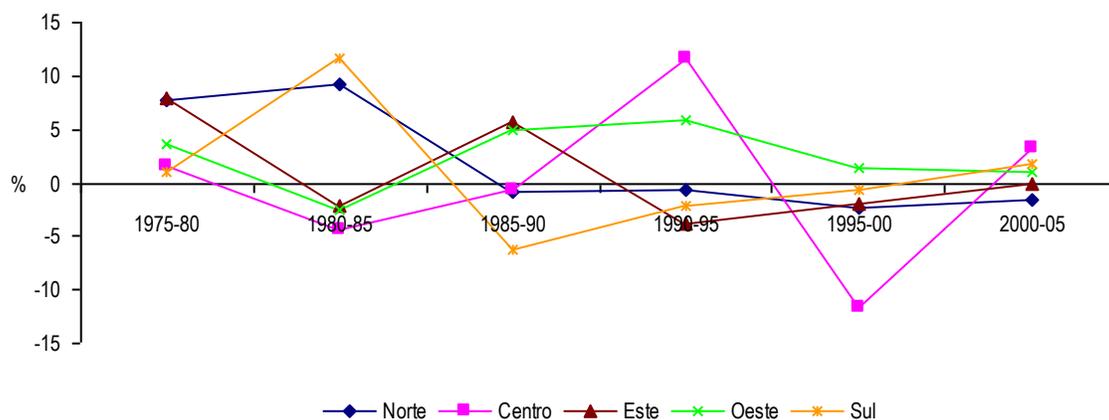
O movimento intra-regional é favorecido principalmente pela porosidade das fronteiras resultante, em parte, da grande quantidade de blocos de integração regional que, para além de bens e moeda, também prevêem a livre circulação de pessoas, o que se traduz na grande quantidade de migrações temporárias e irregulares, isto é, movimentos que ocorrem fora do quadro regulamentar dos países de origem, trânsito e destino⁶. Este fenómeno explica que muitos países sejam classificados tanto como de origem como de acolhimento de migrantes, bem como de trânsito, conforme a proximidade de destinos mais procurados regional e internacionalmente. Por tudo isto, a correcta avaliação dos custos e benefícios das migrações para os países e para o continente é tarefa difícil.

2.2. Instabilidade. Uma outra característica muito particular da região ao Sul do Saara é a instabilidade dos fluxos migratórios. Isto é, alguns países na região apresentam taxas de crescimento de estoques de migrantes -- número estimado de imigrantes internacionais num país ou região, num determinado período -- muito instáveis.

Considerando um levantamento feito pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), entre 1975 e 2005, a região africana que demonstrou maior instabilidade foi a África central, apresentando uma variação de taxas de crescimento do estoque como: 1.6% (1975-80); - 4.4% (1980-85); - 0.6% (1985-90); 11.6% (1990-95); -11.6% (1995-2000) e 3.2% (2000-2005). Os países que mais se destacaram, pela instabilidade, foram a República Centro Africana e Angola. No lado oposto, a região ocidental foi a menos instável, com taxas de crescimento maioritariamente positivas, iguais a 3.6%; - 2.5%; 5%; 5.8%; 1.4% e 1%, respectivamente. Países como Costa do Marfim, Gâmbia e Burkina Faso destacam-se pela grande dimensão da população imigrante quando comparada à de origem. Veja-se a comparação das cinco sub-regiões africanas na figura a seguir.

Fig. 1 – Evolução do estoque de migrantes entre 1975 e 2005, por sub-região africana (quinquenal, %)

⁶ Não existe uma definição clara e universalmente aceite de migração irregular. Na perspectiva do destino, é ilegal a entrada e/ou permanência, quando o migrante não tem a necessária autorização ou documentação para entrar e/ou residir em um determinado país. Na perspectiva da origem, a irregularidade é vista, por exemplo, nos casos em que uma pessoa atravessa uma fronteira internacional sem um documento de viagem válido ou não cumprir os requisitos administrativos para sair do país. A utilização da expressão "migração clandestina" tem se restringido para casos de contrabando e tráfico de pessoas. (OIM, 2004)



Fonte: autora com dados do UNDESA, 2009.

As razões que explicam a instabilidade dos fluxos entre 1975 e 1985 passam essencialmente pela política (anos das independências das potências europeias) e pela economia (introdução dos programas de ajustamento estrutural e seus custos sociais). A instabilidade das décadas seguintes é essencialmente explicada pelos conflitos.

2.3. Conflitos. Os persistentes conflitos armados que ocorrem no continente são decorrentes de processos e dinâmicas -- históricas, sociais, espaciais, económicas e políticas -- locais e regionais e estão visivelmente associados à instabilidade, às guerras, aos deslocamentos, e invisivelmente, geram formas de sobrevivência, resistência e recuperação (Arnfred e Utas, 2007: 25).

Os conflitos não se cingem a um único país. A história tem demonstrado que a replicação nos países vizinhos é quase certa e rápida. Em África, são exemplos, a guerra civil na Libéria (1989) que se alastrou à Serra Leoa (1991), que mais tarde teve influências no golpe de Estado da Costa do Marfim (2002) e que abalou a estabilidade da Guiné, Guiné Bissau e Burkina Faso. Os valores positivos da região Oeste, expressos na figura 1, significam que existe mais imigração que emigração, o que parece ser um paradoxo dado o número de conflitos atrás mencionados, mas que é explicado pelo facto da população que foge desses conflitos, emigrar para outros países dentro da própria sub-região, daí as altas taxas de imigração. O que já não aconteceu na parte oriental, onde o genocídio do Ruanda (1994) e a duradoura instabilidade no Corno de África⁷, fizeram com que as populações se movimentassem para o centro (daí os valores negativos, desde 1990-95 até anos recentes). A instabilidade no centro é explicada, em parte, pelos reflexos dos conflitos que vieram de Este e do Norte, isto é, o conflito no Sudão e sua influência directa na estabilidade do Chade e da

⁷ Região nordeste do continente que inclui Djibuti, Etiópia, Eritreia e Somália.

República Centro Africana. As taxas do Norte são essencialmente negativas, dado que os fluxos de saída se dão essencialmente para a vizinha Europa e que o conflito no Sudão persiste. Os valores negativos do estoque de imigrantes no Sul, entre a década de 80 e o novo século, poderão ser explicados pelo facto do Apartheid se ter estendido até 1990, ano em que a Namíbia conquista a independência, e pelo facto das primeiras eleições livres na África do Sul só terem tido lugar em 1994. Os valores positivos do estoque de imigrantes verificados em quase todas as sub-regiões no início deste século serão consequência do predomínio da paz, de algum progresso económico, da estabilidade política e de alguns avanços no quadro dos blocos regionais de integração.

Em 2007, na África Subariana⁸ (ASS), existiam aproximadamente 2 milhões de refugiados⁹, sendo que 83% deles instalam-se na própria região (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR, 2008). A nível mundial, a Ásia e Pacífico é a região que apresenta maior número de pessoas nessa condição, quase 4 milhões. Apesar de, entre 2006 e 2007, África ter registado uma diminuição de 6%, o número de refugiados continua a ser alarmante. Em 2007, na ASS, os principais países de origem de refugiados foram: Sudão (523 mil), Somália (455 mil), Burundi (378 mil), República Democrática do Congo (370 mil) e Eritreia (209 mil). Os principais países de destino dessas pessoas foram Tanzânia (436 mil), Chade, (294 mil), Quénia (266 mil) e os próprios Sudão (223 mil) e República Democrática do Congo (177 mil). Portanto, alguns países são ao mesmo tempo origem e destino de refugiados.

Nem sempre a distinção entre refugiado e migrante é clara, dada a afectação mútua dos processos que levam a tais estatutos. A principal diferença está no facto de, muitas vezes, o refugiado não se inserir na sociedade de acolhimento, pois ele vive em campos de refugiados isolados, que por definição são residências temporárias, à espera de poder voltar ao seu país de origem. Entretanto, se o refugiado é aquele que foge de conflitos, por exemplo, esses mesmos conflitos contribuem para o agravamento da pobreza em determinadas regiões, e a fuga dessa pobreza é o que leva milhões de pessoas a emigrar.

Além de refugiados, existem as seguintes categorias de pessoas vulneráveis que também pouco se distinguem dos migrantes: (i) as pessoas internamente deslocadas¹⁰, que ao Sul do Saara totalizaram mais de 4 milhões, sendo o Sudão, o Uganda e a República Democrática do Congo os territórios onde a maioria se

⁸ Não se informa sobre o Norte de África visto que, no ACNUR (2008), esta região está fundida às estatísticas do Médio Oriente.

⁹ Pessoa que "devido ao receio fundado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opiniões políticas, está fora do país da sua nacionalidade e não é capaz ou, em virtude desse receio, não está disposta a servir-se da protecção desse país". (OIM, 2004: 53)

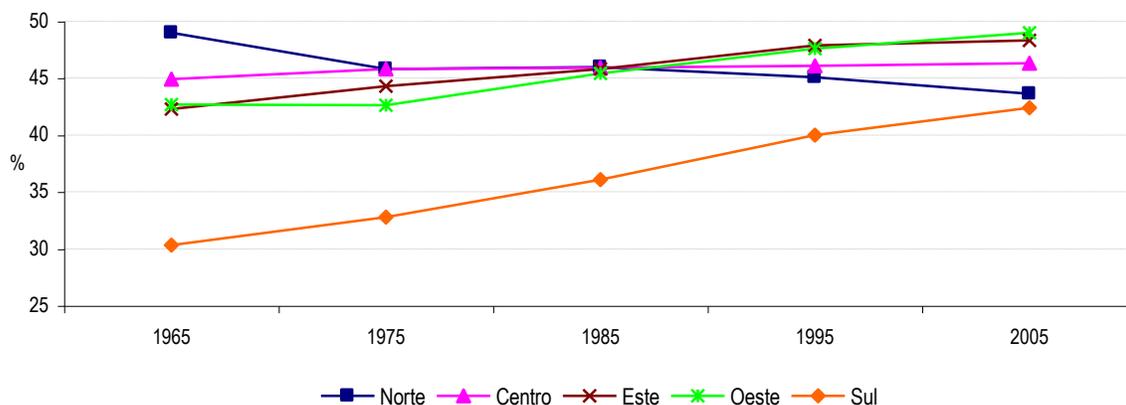
¹⁰ "Pessoas forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar os locais de residência habitual, como resultado de, ou a fim de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou catástrofes naturais ou humanas e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida". (*IDP: Internally Displaced Persons*)(OIM, 2004: 32)

movimenta; (ii) os exilados¹¹ (147 mil pedidos, maioritariamente da Somália, Eritreia, Etiópia e Zimbábue) na África do Sul e Sudão, mas também na Europa e, em número crescente, na Austrália; e (iii) os apátridas¹² (não existem estimativas regionais para este estatuto, mas estima-se que a nível mundial existam perto de 3 milhões), concentrados principalmente na região onde converge o Sudão, a Etiópia e o Quênia.

2.4. Feminização. Assim como no resto do Mundo, a feminização da migração africana é um aspecto a destacar. A nível mundial, a participação das mulheres nos fluxos migratórios variou de 47.1% em 1965 para 49.6% em 2005. As africanas migram (internacionalmente) mais do que as asiáticas (44.7%), mas menos que as europeias (53.4%), norte-americanas (50.4%) e latino-americanas (50.3%).¹³

No continente africano, a feminização dos fluxos evoluiu de 42.3% em 1965 para 47.4% em 2005. O Sul foi a região que registou um maior aumento – 30 para 42.4%, respectivamente -- mas é a que apresenta menor participação de mulheres. Por outro lado, nesse mesmo ano, no Ocidente elas constituíram 49% do estoque de migrantes, a maior participação feminina entre sub-regiões do continente, como poderemos constatar na figura seguinte.

Fig. 2 – Feminização dos fluxos migratórios africanos 1965-2005 (décadas, % total migrantes internacionais)



Fonte: autora com dados do UNDESA, 2009.

O aumento generalizado poderá ser reflexo do aumento do acesso da mulher à educação, da maior participação desta nas actividades económicas fora do agregado familiar, do seu crescente

¹¹ "Protecção concedida por um Estado a um estrangeiro no seu próprio território contra o exercício da jurisdição pelo Estado de origem, com base no princípio da não-repulsão, conduzindo ao exercício de certos direitos reconhecidos internacionalmente." (OIM, 2004: 8)

¹² Pessoas que não sendo consideradas nacionais de nenhum Estado, não têm os direitos atribuíveis à nacionalidade. (OIM, 2004)

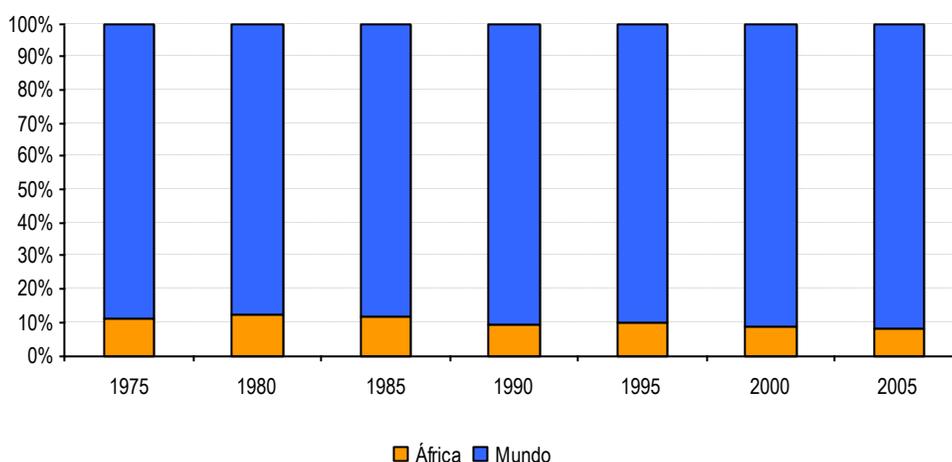
¹³ Migrantes mulheres como percentagem do total de migrantes internacionais em 2005. (UNDESA, 2009).

empreendedorismo, assim como do aumento do tráfico de mulheres -- embora este seja um factor de difícil quantificação.

2.5. Fluxos Migratórios

Entre 2000 e 2005, África registou a menor taxa de crescimento de migrantes internacionais a nível mundial, tendo registado um aumento de apenas meio milhão de pessoas (16.3 para 16.9 milhões) e a sua participação na população mundial migrante manteve-se em torno de 9% (OIM, 2008) (figura 3).

Fig. 3 – Participação de África nos fluxos mundiais de migração internacional



Fonte: autora com dados do UNDESA, 2009.

Nos últimos anos, os países do Norte de África têm deixado de ser países de trânsito para se transformarem em destinos de migração. Os imigrantes -- a maioria chega da África ocidental -- querem alcançar a Europa via Líbia e Tunísia na conexão para a ilha de Lampedusa (Itália), via os enclaves espanhóis Ceuta e Melilla (Marrocos) para Espanha, e via a cidade de Oujda (Argélia) e o porto de Nouadhidou (Mauritânia), almejando as ilhas Canárias. Contudo, a partir de 2006, este tráfego diminuiu, dado o aumento de vigilância por parte dos países de origem, e, principalmente, dado o reforço do controlo de fronteiras e de fluxos na área do mediterrâneo, no quadro das actividades da, entretanto criada¹⁴, agência europeia de segurança de fronteiras externas, FRONTEX.

Estima-se¹⁵ que quase metade dos imigrantes africanos residentes nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sejam naturais do Norte de África e residam

¹⁴ operacional desde Outubro de 2005.

¹⁵ OCDE (2007) citada por OIM, 2008.

principalmente na França, Bélgica, Espanha e Holanda. Mas também se registam mais de centena de milhar de marroquinos, argelinos e tunisinos nos Estados Unidos da América, e em número próximo no Canadá.

Aumentos de mobilidade no Sul e no Oeste foram verificados, e têm como principal destino a África do Sul e a Costa do Marfim. Entre os motivos da grande movimentação de pessoas que se verifica ao Sul do Saara, Lucas (2006) aponta o facto de (i) a maioria das migrações na ASS serem para países vizinhos, (ii) três quartos dos refugiados ficarem na região; (iii) a formação de blocos de integração regional fomentar a circulação de pessoas; e (iv) a existência de uma história, cultura e etnias comuns a muitos grupos tornarem as fronteiras muito porosas.

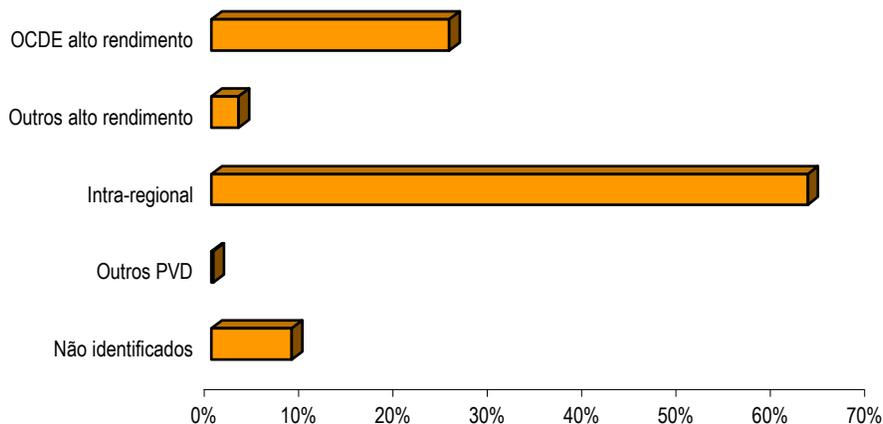
Relativamente à emigração, segundo o Grupo de Prospeção em Migrações e Remessas¹⁶ do Banco Mundial (GPMR-BM), em 2005, os países que registaram maior número de saídas foram: (a Norte) Marrocos, Egipto e Argélia, e (na ASS) Mali, Burkina Faso, Gana, Eritreia e Nigéria. Em termos relativos à população: Cabo Verde e Seychelles. Nesse ano, a ASS tinha 15.9 milhões de emigrantes (2% da população).

Os principais destinos foram, no caso dos países do Norte, França e Espanha e, no dos países da ASS, para dentro do próprio continente (63.2%); para países da OCDE de alto rendimento¹⁷ (25.2%); para outros países de alto rendimento (2.9%); para outros países em desenvolvimento (0.2%) e 8.5% não foram identificados (figura 4).

Fig. 4 – Principais destinos dos emigrantes da África Subsariana, em 2005 (% estoque emigrantes)

¹⁶ Relatório de 11 de Novembro de 2008.

¹⁷ Principalmente para as ex-potências coloniais.



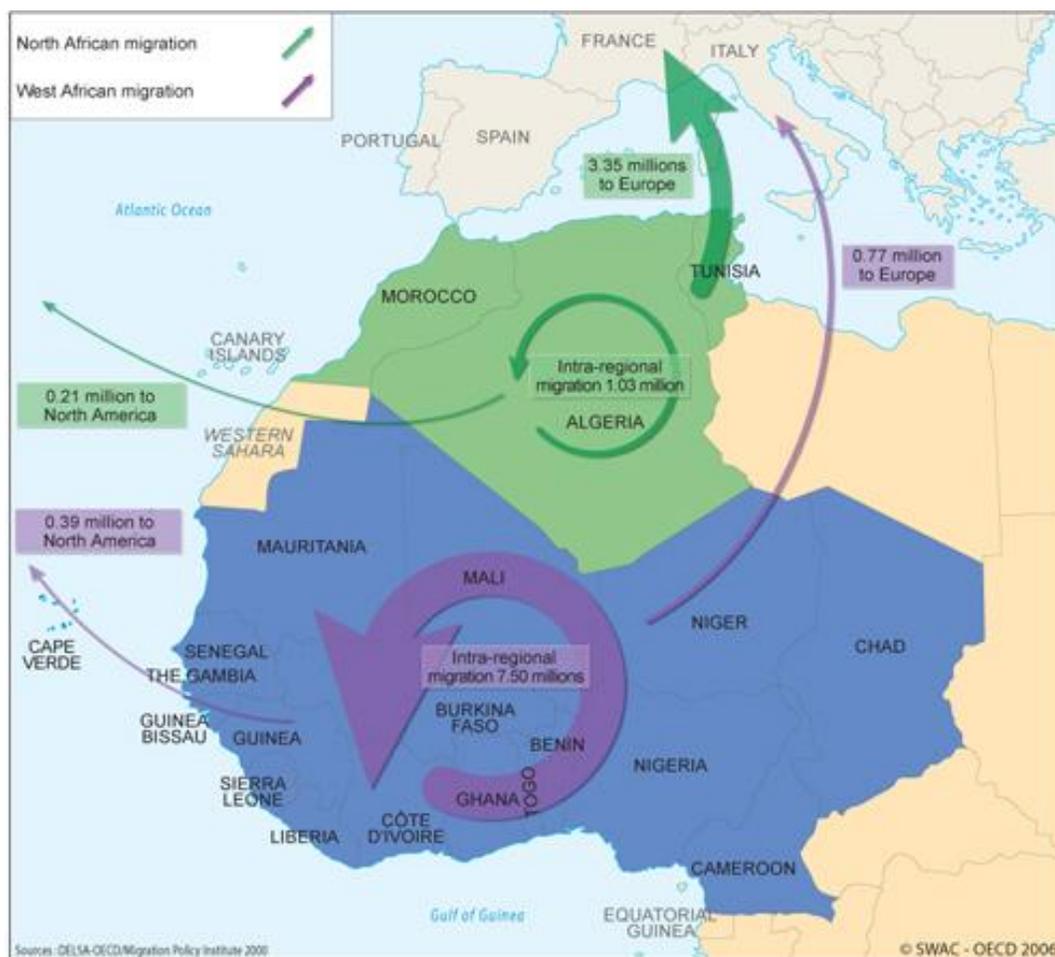
Fonte: autora com dados do *Migration and Remittances Factbook*, Banco Mundial, 2008.

Os maiores corredores regionais situam-se na parte ocidental, com os principais fluxos a verificarem-se entre Costa do Marfim e Burkina Faso, Mali e Gana e entre Mali e Burkina Faso. A Norte, os principais corredores são entre Argélia e França, Egito e Arábia Saudita, Marrocos e França e Espanha. Na parte oriental, destacam-se os corredores da Etiópia e do Sudão com a Eritreia. A Sul, o país crucial é a África do Sul, que tem movimentados corredores com Zimbabwe, Moçambique e Lesoto.

Quanto à imigração, em 2005, Costa do Marfim, Gana, África do Sul, Nigéria, Tanzânia, Burkina Faso e Líbia foram os principais países de acolhimento. Na ASS, o estoque era de 15.7 milhões de pessoas (2.1% da população).

Como se espera ter ficado claro, os fluxos migratórios dão-se na sua maioria, dentro do continente. Onde se destacam as regiões ocidental e meridional pelas intensas dinâmicas internas. E onde se deverá destacar o grande número de países que são ao mesmo tempo, de origem e de destino de migrantes. A dinâmica na região Norte é caracterizada pela emigração para regiões exteriores ao continente, e pelo facto de, ainda, constituir uma região de trânsito para os africanos do Sul do Saara e, mais recentemente, para asiáticos do Bangladesh, China, Índia e Paquistão (OIM, 2008: 416). Mesmo que com dados de 2000, pode-se verificar na figura seguinte a diferença das dinâmicas migratórias a Oeste (essencialmente intra-regional) e a Norte (essencialmente para fora do continente).

Fig. 5 – Fluxos migratórios na África Ocidental e do Norte (2000)



Fonte: *The web atlas on regional integration*, 2006.

A migração circular (muito relacionada com a agricultura) e a própria composição dos fluxos migratórios -- quem migra (indivíduo e/ou famílias), idade, sexo, formação e níveis de rendimento -- são importantes aspectos que os dados mais gerais não informam. Entretanto, Adepoju (2005) consegue caracterizar a migração ocidental africana contemporânea como fluxos formados por migrantes-de-fronteira temporários, agricultores, mulheres comerciantes, migrantes irregulares e refugiados.

Pouco visível também é a emergência das causas de cariz ambiental. Na África ocidental, a mobilidade laboral já constituiu uma estratégia para lidar com a redução de produção agrícola na região -- principalmente nos

países do Sahel¹⁸. Como resultado da seca das últimas três décadas, estima-se¹⁹ que até 2020 a queda de chuvas na região diminua em 50% e que o Sahel se poderá tornar inabitado.

Tendo em mente os diversos factores que levam às migrações -- económicos, políticos, sociais e demográficos, como: disparidades salariais entre países, diversificação de risco diante da pobreza, oportunidade (real ou percebida) de uma vida melhor, má governação, corrupção, violações dos direitos humanos, instabilidade política, factores ambientais, conflitos e guerra civil, qualidade da educação e cuidados de saúde, existência de redes familiares e de amigos que informam e facilitam a migração, população muito jovem²⁰ e pressão demográfica -- veremos a seguir quais as principais consequências económicas.

3. CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – O CASO DAS REMESSAS

Os efeitos económicos das migrações são verificáveis ao nível do migrante, do país de destino e do país de origem. Normalmente, o migrante tem ganhos ao migrar. Tanto ele como a família decidem e investem no processo, tendo para tal desenvolvido uma estratégia racional, onde o acesso à informação e aos serviços financeiros é determinante. Mas existem excepções, como por exemplo o desapontamento que muitos sentem ao longo do processo migratório. Assim como, quando emigram de forma involuntária, isto é, quando fogem de situações que colocam em risco as suas vidas, ou mesmo, quando são traficados.

Relativamente ao impacto nos países de acolhimento, assim como ocorre nos países desenvolvidos, em África estes países preocupam-se em atrair imigrantes qualificados, em inibir a imigração irregular, em controlar a expansão do segmento secundário do mercado de trabalho²¹ e da economia informal e em conter o aumento da xenofobia. Mas, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, grande parte dos fluxos migratórios para e dentro do continente são constituídos por refugiados, o que traz dificuldades acrescidas ao país que se torna de asilo. Embora pouco se tenha estudado sobre os impactos, económico e social, da presença de refugiados, é comum ser referido o empobrecimento de infra-estruturas, a sobrecarga dos serviços sociais, o aumento de delinquência e prostituição e o impacto ambiental. A extensão das consequências dependerá do tempo de estadia dos refugiados, da quantidade e qualidade de ajuda internacional recebida para lidar com tal fluxo e do próprio nível de desenvolvimento do país que os acolhe.

¹⁸ Faixa do continente africano que vai do Mar Vermelho ao Atlântico, imediatamente abaixo do deserto do Saara, cujos níveis de precipitação são baixos (inclui 12 países).

¹⁹ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2007) citado por OIM, 2008.

²⁰ Na África Ocidental, 66% da população tem menos de 25 anos, na Europa são 15% (OIM, 2008).

²¹ Segmento composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de protecção social e baixo estatuto social.

Note-se que tais impactos também são verificáveis quando se analisa a questão das migrações internas, do espaço rural para as cidades, aspecto de relevo em muitos países africanos .

As consequências da emigração no país de origem do migrante são múltiplas. Ela tem influência na identidade, na cultura, nas estruturas sociais, no debate político, na demografia, nas relações étnicas e no ambiente – aliás, consequências igualmente verificadas no país de destino. Especificamente no âmbito económico, os impactos verificam-se no mercado de trabalho, nas consequências advindas da saída dos mais qualificados (*brain drain*), na desigualdade social e no nível de pobreza. E parte destes aspectos é directamente influenciada pelo fluxo de remessas recebido, a ser analisado a seguir.

3.1. Remessas Financeiras

A dificuldade na obtenção de dados fiáveis compromete qualquer discussão em torno deste tema, em qualquer parte do mundo. O cenário é agravado quando se trata de África, onde as estatísticas são ainda mais pobres, muitas vezes incomparáveis, ou inexistentes.

Os fluxos remetidos por canais formais, ou seja, bancos e companhias de transferência de dinheiro, são a principal fonte de estatísticas nacionais. E mesmo estes são difíceis de medir e comparar, dada a variedade de métodos e níveis de rigor no tratamento da informação e a módica quantia que em média é enviada -- para África são cerca de 100 dólares norte-americanos (USD) por mês (IFAD, 2006) ²².

Os fluxos remetidos por canais informais só são possíveis de prever. Estes consistem em viajantes, amigos ou familiares que periodicamente viajam à terra natal, ou até mesmo redes organizadas como a conhecida Hawala.²³ Dada a impossibilidade de aferir directamente as quantias enviadas por este tipo de canais, vários métodos indirectos foram desenvolvidos. O Banco Mundial estima as remessas não registadas em 50% das registadas (admite uma variação entre 35 e 75%, dependendo do custo de transacção informal estar mais próximo de 5 ou 2%). A parcela de fluxos informais é maior para países da ASS, Leste Europeu e Ásia Central. Freund e Sapatoro (2005)²⁴ estimam que, na ASS, as remessas informais são 45 a 65% maiores do que as formais, enquanto que na América Latina são 5 a 20% maiores.

²² (em português) Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, 2006.

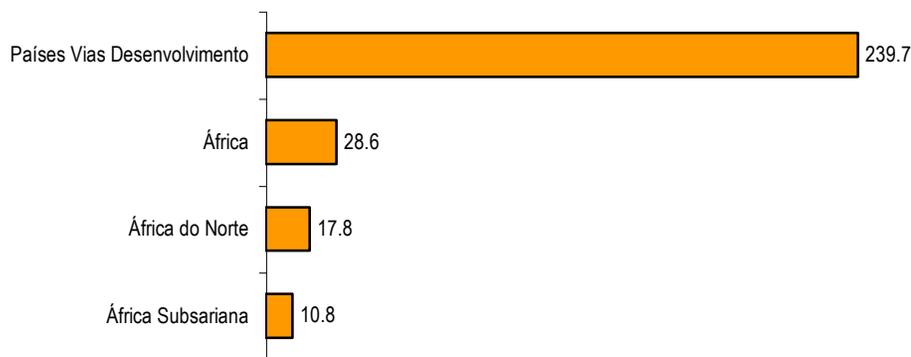
²³ Opera essencialmente nos territórios islâmicos e viu-se enfraquecida no pós-11 de Setembro, dando lugar a um aumento no uso de canais formais para tais países.

²⁴ Citados por Gupta, Pattillo e Wagh (2007).

Segundo o GPRM-BM, em termos absolutos, os maiores recebedores de remessas em 2008²⁵ foram os países mais populosos do mundo em desenvolvimento (em mil milhões de USD): Índia (45), China (34.5), México (26.2) e Filipinas (18.3). A lista dos dez maiores recebedores também inclui a Nigéria (10) e o Egito (9.5).

Entre 2006 e 2008, os fluxos de remessas para a ASS registaram crescimentos de 37, 44 e 6%, a média dos países em vias de desenvolvimento (PVD) foi de 17, 23 e 9% respectivamente. Ressalte-se contudo, a forte influência da melhoria dos sistemas de recolha e registo de informação, que, em parte, é o que explica a grande diferença nas quantias recebidas pela Nigéria em 2007 e 2008. Mas no que se refere a quantias recebidas, a situação é diferente. A ASS representou, em média, apenas 2% do total recebido pelos PVD no ano de 2008. A América Latina e Caraíbas (ALC) dividem o primeiro lugar, pela primeira vez, com o Sul da Ásia, ambas com 8%. De 2007 para 2008, todas as regiões apresentaram menores taxas de crescimento dos fluxos de remessas. O Sul da Ásia foi a região que mais cresceu, com 27% (31% em 2007), contra 0% da ALC (7%) e 6% (44%) da ASS. Mas, se forem consideradas as remessas informais, os valores da ASS serão bem maiores.

Fig. 6 – Fluxos de remessas (registadas) para os PVD e África em 2007 (mil milhões de USD)



Fonte: autora com dados do *Migration and Remittances Factbook*, Banco Mundial, 2008.

Os países do Norte são os principais receptores no continente. Em 2007, os cinco maiores valores de remessas (registadas) foram recebidos (em mil milhões de USD) por: Egito (5.9), Marrocos (5.7), Nigéria

²⁵ Números relativos a 2008 ainda são estimativas.

(3.3), Argélia (2.9) e Quênia (1.3). Relativamente à percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), Lesoto (28.7%), Serra Leoa (9.4%), Cabo Verde (9%), Senegal (8.5%) e Togo (8.4%) foram os que mais receberam.

As remessas (totais) são o maior, mais estável e previsível fluxo de financiamento externo em várias economias em desenvolvimento. Contudo, em África, esse fluxo representa somente 10%, enquanto que na economia do Sul da Ásia as remessas representam 63% e no Médio Oriente 56% dos fluxos externos²⁶. Enquanto que as remessas aumentaram de 7 mil milhões de USD em 1995 para 17 mil milhões em 2005, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) aumentou cinco vezes, de 5 para 25 mil milhões USD no mesmo período (Banco Mundial, 2007)²⁷. Mas, contrariamente ao que acontece com o IDE e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), as remessas tendem a aumentar durante e imediatamente depois das crises -- facto explicado pelo altruísmo.

Na ASS, segundo Gupta, Pattillo e Wagh (2007), entre 1975 e 2004, os fluxos de APD são consideravelmente superiores aos das remessas. Desde 2000 os fluxos de APD para a região têm aumentado numa média de 13% ao ano, e as remessas cerca de 10%. No entanto, durante a década de 1990, quando os fluxos de APD para a região estagnaram, as remessas cresceram anualmente em mais de 13%. E em 2005, quando os fluxos de APD caíram, as remessas mantiveram-se estáveis. Embora grande parte dos países recebam mais APD do que remessas, para o Lesoto, as Maurícias, a Nigéria, a Suazilândia e o Togo, estas últimas são consistentemente superiores.

Note-se que tal análise é feita com base nas remessas registadas (formais), o que no caso da ASS é pouco revelador da realidade, dado o enorme peso das remessas não registadas (informais).

Os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) não têm grande expressão em termos de recebimento ou origem de fluxos de remessas no continente. Somente Cabo Verde é repetidamente mencionado como exemplo de país cujo peso das remessas no PIB é dos maiores do mundo. Em 2005 apresentava a quarta maior taxa mundial (13.4%) (Tolentino e outros, 2008)²⁸. Contudo, tal percentagem tem vindo a diminuir, dado o aumento do peso do IDE nas contas daquele Estado. Outro aspecto a destacar é a crescente importância de Angola como origem de remessas de imigrantes portugueses para Portugal. No quadro a seguir, pode-se verificar um resumo das estatísticas sobre a matéria.

²⁶ Fundo Monetário Internacional (2007) citado por Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros (2007).

²⁷ Citado por OIM, 2008.

²⁸ A seguir a Haiti, Lesoto e Nepal.

Quadro 1 – PALOP: total de remessas (registadas) recebidas e enviadas (milhões USD)

	Remessas				
	Como destino			Como origem	
	2007	% PIB	2008e	2007	% PIB
Angola	*	**	**	603	0.9%
Cabo Verde	139	9.0%	139	6	0.4%
Guiné-Bissau	29	8.3%	30	5	1.5%
Moçambique	99	1.3%	99	45	0.6%
São Tomé e Príncipe	2	**	2	1	**

* só existem dados relativos a 1996 = 5milhões USD.

** dados não disponíveis

e Estimativas

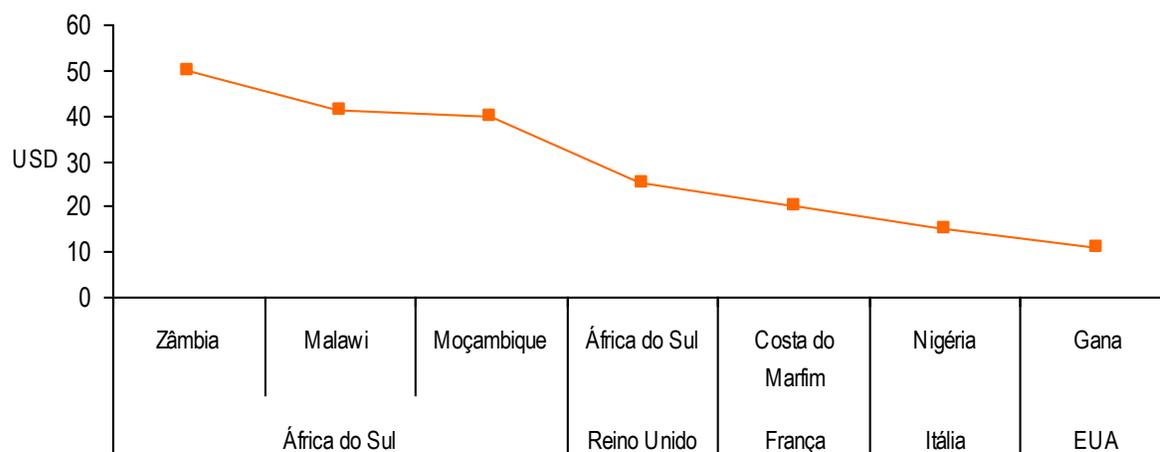
Fonte: autora com dados do *Migration and Remittances Factbook*, Banco Mundial, 2008.

3.2. Serviços financeiros. O acesso, tanto do migrante quanto de sua família, a sistemas financeiros diversificados, alargados e minimamente eficientes é um factor essencial nas quantidades enviadas, na frequência de envio e no papel que as remessas poderão ter no desenvolvimento. Na relação entre remessas e instituições financeiras, destacam-se dois aspectos: os custos das transferências e o ambiente em que operam tais instituições.

Entre os corredores mais caros do Mundo, o Banco Mundial lista os seguintes custos²⁹ (para envio de 200 USD): da África do Sul para a Zâmbia, 50 (25% da quantia enviada); para o Malawi, 41 (21%); e para Moçambique, 40 (20%). Enquanto que nos corredores Reino Unido / África do Sul, custa 25 (13%), França / Costa do Marfim, custa 20 (10%); Itália / Nigéria, custa 15 (8%); e EUA / Gana, custa 11 (6%). Os corredores mais baratos do mundo, para o mesmo valor e moeda, são Arábia Saudita / Paquistão e Iémen, 5 e Singapura / Bangladesh, 6 (ambos 3% da quantia enviada).

²⁹ Custos, em USD (arredondados), incluem taxas de transferência e de câmbio. E referem-se ao primeiro quadrimestre de 2009.

Fig. 7 – Custos de envio de 200 USD, 2009



Fonte: autora com dados do *Migration and Remittances Factbook*, Banco Mundial, 2009.

Os maiores custos de transacção verificam-se nos corredores Sul-Sul. E esse facto é explicado pela falta de literacia financeira, que faz aumentar os já altos níveis de informalidade, e o facto da regulamentação favorecer a formação de monopólios. Em toda a África ocidental, 70% das transferências são efectuadas por uma única empresa (IFAD, 2007).

As inovações tecnológicas têm desempenhado um muito importante papel na redução desses custos e no aumento e diversificação de formas de remeter. Por exemplo: possibilidade de transferir dinheiro via telemóvel, portanto, sem necessidade do recebedor ter uma conta bancária (Quénia) e envio de remessas em produtos, onde o migrante pode encomendar medicamentos ou electrodomésticos e pedir que seja entregue à sua família (Senegal).

A distância, a baixa densidade populacional e as dificuldades de comunicação determinam o nível de exclusão a que estão remetidas certas regiões. Para além de obstáculos de natureza física, existem os institucionais. Muitas instituições bancárias não estão preparadas para lidar com indivíduos sem literacia financeira e pouco qualificados, portanto, que fogem ao estereótipo de cliente definido pelos bancos. Tal realidade explica a importância das agências de correios e das organizações de micro-crédito, principalmente nas sub-regiões Oeste e Sul, onde as remessas para as zonas rurais são significativas e predominantemente relacionadas com a migração intra-regional. Os correios, para além de não possuírem obstáculos de natureza institucional,

possuem uma vasta rede de agências e por isso cobrem o “último quilómetro”³⁰. E as organizações de micro-crédito apresentam três características muito importantes: (i) lidam com transacções de pequeno valor; (ii) envolvem de forma extensiva e activa grupos e associações como intermediários; e (iii) integram as práticas do sector formal e informal.

3.3. Utilização das remessas. Ao nível macro-económico, as remessas constituem fontes importantes de moeda estrangeira e de poupança. Ao nível das famílias, elas são maioritariamente utilizadas nas despesas do dia-a-dia, na educação e na saúde. Em 2006, num inquérito realizado nos países da SADC, identificou-se que as remessas recebidas eram principalmente gastas em despesas do dia-a-dia (93%), em transportes (44%), combustível (44%), educação (31%) e saúde (30%) (PNUD e outros, 2007: 5). Em 2007, em Cabo Verde, a partir de um inquérito realizado junto a famílias receptoras de remessas de emigrantes em Portugal, apurou-se que o destino das remessas era: despesas do quotidiano (82%), saúde (54%) e educação (54%) (Tolentino e outros, 2008: 163). A utilização de remessas para investimento ainda é tímida, mas quando existe é maioritariamente destinada à aquisição de casa própria, transporte e/ou terreno agrícola, no caso de Cabo Verde.

A questão central do debate à volta da relação remessas / desenvolvimento é saber se as despesas com o consumo devem ser consideradas mais próximas do investimento ou mais perto do desperdício. Contudo, não parecem existir definições rigorosas do que são o “grosso” das remessas para o consumo, a “fracção marginal” das mesmas para o investimento produtivo e até mesmo, o que deve ser ou não considerado investimento “produtivo”.

Para além da terminologia, a metodologia utilizada também é pouco rigorosa. Quando se tenta caracterizar os padrões de utilização de remessas, geralmente, pergunta-se “Como utilizou a quantia x?”. Caso tenha sido utilizada no cabaz da família, será muito difícil ao receptor explicitar o que foi que adquiriu com as remessas. A alternativa que melhor ajuda o objectivo de entender em o quê é que as remessas são utilizadas é “O que você não teria adquirido se não tivesse recebido esse x?”.³¹

3.4. Impacto da crise económica. Depois de anos seguidos de forte crescimento -- 18% em 2005, 17% em 2006 e 23% em 2007 -- o fluxo de remessas para os PVD dá sinais de abrandamento, principalmente no último quadrimestre de 2008. Na sequência da crise financeira global, o GPMR-BM prevê que esse fluxo cresça apenas 9% relativamente ao ano de 2007, somando um total de 305 mil milhões de USD. Nas

³⁰ expressão que se refere à tarefa de distribuir a remessa ao beneficiário que vive numa zona remota.

³¹ De Ferranti e Ody (2007) citados por Tolentino (2008).

previsões para os próximos anos, os fluxos de remessas, para o total dos PVD, embora em ritmo menor, continuarão a crescer: 5% em 2009, 3% em 2010 e 7% em 2011. As taxas de crescimento para a ASS prevê-se que sejam negativas em 2009 (-4%) e retomem o crescimento positivo em 2010 (4%) e 2011 (7%).

As remessas persistirão, dado que não se prevê um retorno em massa dos migrantes aos seus países de origem. Boa parte deles manter-se-á nos países que adoptaram como residência e continuarão a enviar dinheiro para casa, seguramente implicando a deteriorização das já, muitas vezes, precárias condições de vida. Martin (2009: 14) acredita que, diferentemente do que resultou das crises económicas anteriores, este será o cenário mais provável. Primeiro, porque durante esta recessão não há uma região beneficiando economicamente em detrimento de outra, de modo que os migrantes não podem transferir-se para outros destinos -- como quando os preços elevados do petróleo atraíram migrantes para os países do Golfo, enquanto as portas da Europa Ocidental se fechavam.

Segundo, os primeiros efeitos da recessão fazem-se sentir em sectores sensíveis como a construção e a indústria transformadora, onde os últimos contratados são migrantes do sexo masculino e, muitas vezes, são os primeiros a serem demitidos. O que é menos certo é saber-se se esses migrantes despedidos regressão aos seus países de origem ou permanecerão nos países onde já estão integrados e são minimamente amparados, no caso europeu, pelos sistemas de segurança social. E também não se sabe se os migrantes do sexo feminino, empregados no sector de serviços, serão demitidos ou terão os seus salários reduzidos.

Terceiro, actualmente, há muito mais interesse nas remessas e no contributo destas para o desenvolvimento dos países de origem dos migrantes do que durante recessões anteriores. As remessas são muito mais elevadas do que no passado, e espera-se que continuem a sê-lo, mesmo quando o IDE e outros fluxos de fundos para os países em desenvolvimento diminuem. Os governos dos países de origem podem desenvolver instrumentos financeiros para atrair mais remessas ou utilizar a ameaça de mais migração não autorizada (irregular) a fim de preservar os postos de trabalho dos trabalhadores emigrados ou solicitar ajuda financeira a países industrializados.

E, por último, o critério da reunificação familiar é o que explicará a não diminuição da imigração nos países como os Estados Unidos da América e a Europa. O que já não acontecerá na tradicional imigração na Austrália, Canadá e Nova Zelândia, visto que se baseiam em critérios económicos, dando prioridade às pessoas com maior probabilidade de obter empregos.

3.5. Custos e benefícios. Os governos dos países com vocação migratória deverão avaliar os potenciais benefícios e custos das remessas recebidas. O quadro 2 sintetiza o desafio.

Quadro 2 – Custos e benefícios potenciais do recebimento de remessas

Custos Potenciais	Benefícios Potenciais
Pressionam os governos no sentido de realizar reformas para reduzir os desequilíbrios externos.	São uma fonte de divisa ou moeda estrangeira que facilita o comércio internacional e ajuda a financiar a dívida externa.
Reduzem o potencial de poupança das famílias beneficiárias afectando negativamente o crescimento e o desenvolvimento.	São uma fonte potencial de poupança para a formação de capital e o desenvolvimento.
Reduzem o esforço produtivo das famílias beneficiárias e, por esta via, afectam negativamente o crescimento e o desenvolvimento.	Melhoram o nível de vida dos beneficiários.
Aumentam a desigualdade de rendimento.	Reduzem a desigualdade de rendimento.
As migrações provocam a fuga de cérebros e prejuízos não compensados pelas remessas.	Reduzem a pobreza.

Fonte: Tolentino e outros, 2008.

Mesmo não existindo consenso entre os investigadores, considera-se que numa primeira fase, a emigração tende a exacerbar a desigualdade no país de origem, pelo facto de os mais pobres terem de ficar. Porém, a longo prazo, as remessas reforçam a equidade através do alargamento progressivo da base dos participantes -- porque as remessas aumentam as oportunidades de acesso à informação e aos serviços financeiros --, reduzindo as desigualdades de oportunidade.

4. NEXO ENTRE MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

É reconhecido o impacto positivo das remessas nos níveis de pobreza³² e no crescimento, mas o impacto no desenvolvimento é difícil de precisar. Por essa razão, no curto e médio prazos, Sabates-Wheeler, Sabates e Castaldo (2005)³³ falam em *poverty change* -- comparação entre *past poverty* (antes da migração) e *current poverty* (depois da migração) -- e não propriamente em desenvolvimento. O que se explica pelo facto de

³² “O BM indica que as remessas diminuíram a taxa de pobreza em 11% no Uganda e 5% no Gana”. Citado por Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outros (2007: Background Note, pg.1).

³³ citados por Tolentino, 2008.

determinados efeitos das migrações só poderem ser verificados a longo prazo e outros tantos serem variáveis ao longo do tempo.

A relação entre migrações e desenvolvimento tem o seu elo mais visível nas remessas financeiras que o emigrante faz para o seu país de origem. Por sua vez, a relação entre remessas e desenvolvimento depende essencialmente da estabilidade do fluxo, da utilização que é dada pelas famílias que as recebem e da distribuição que esse dinheiro e produtos têm na família, na comunidade e no país -- aspecto onde a acção do governo, na forma de incentivos, é crucial. Para além das remessas financeiras, as remessas sociais, as migrações temporárias³⁴, as migrações de quadros, o apoio e envolvimento da diáspora e os processos de retorno e reintegração, são os outros elos, menos visíveis mas igualmente importantes, dessa relação.

As remessas sociais -- isto é, a partilha, voluntária ou não, de visão, práticas, valores, atitudes, normas e capital social (conhecimento, experiência e competência) aprendidos e adquiridos no exterior --, podendo ser positivas (enriquecimento cultural) ou negativas (práticas ilícitas), também são condicionantes da evolução da sociedade de origem (Tolentino e outros, 2008). Pois são cruciais na formação de comunidades transnacionais, influenciam as relações internacionais e estimulam a sinergia das comunidades locais, nacionais e internacionais. Por isso, é importante estudar e conhecer melhor este elo.

Em África, assim como em todo o mundo, a abordagem deste nexa é recente. Mas no período posterior ao Diálogo de Alto Nível nas Nações Unidas, em 2006, o tema tem vindo a ser tratado de forma recorrente por fóruns nacionais, regionais e internacionais. Neste último âmbito, destaque-se o Fórum Mundial sobre Migrações e Desenvolvimento, que se realiza anualmente desde 2007, onde governos e sociedade civil discutem temas como capital humano e mobilidade laboral, remessas e outros recursos da diáspora, coerência política e institucional, género, direitos humanos, direitos laborais, migração irregular, parcerias institucionais, entre outros.

No continente africano, as discussões em torno deste tema têm como objectivo contribuir para (i) a formulação de políticas migratórias; (ii) a integração das migrações nas estratégias de desenvolvimento -- que incluem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os Planos Estratégicos de Redução da Pobreza; (iii) o reforço das remessas financeiras e sociais da diáspora; (iv) a construção de coerência entre estratégias, políticas e acção; (v) coordenação de políticas migratórias entre os diferentes países e sub-regiões; e (vi) conscientização da necessidade de melhoria dos sistemas de informação.

³⁴ Emigração enquadrada em acordos entre países que estipulam um limite de tempo ou baseiam-se em projectos específicos, principalmente de trabalhadores com menor formação e qualificação.

O desafio passa essencialmente pela implementação de decisões que já foram tomadas. Contudo, compreende-se que aspectos como a pobreza, o analfabetismo, a fraca participação política da população, a instabilidade política e a persistência dos conflitos não facilitam o processo de integração sub-regional.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ³⁵ é um exemplo de sub-região que, em termos de regulamentação, já está preparada para a livre circulação de pessoas, mas onde ainda existem barreiras práticas. Em primeiro lugar, verifica-se a falta de informação. Por exemplo, grande parte dos africanos desta região não possuem um documento de identificação nacional, portanto é natural que desconheçam o passaporte comunitário. Segundo, o tempo que decorre entre as decisões tomadas em reuniões de alto nível e a ratificação e consequente efectividade das mesmas é enorme. Terceiro, existem inúmeras leis nacionais que conflituam com leis sub-regionais. E por último, o facto de, à semelhança de outras regiões do globo, alguns líderes políticos serem ambivalentes quanto à questão da livre circulação de pessoas, apresentando resistência na alteração de leis e regras administrativas nacionais em prol de entidades supra-nacionais. Por razões de vária ordem, preferem manter a tradicional divisão entre anglófonos, francófonos e lusófonos.

Por outro lado, a sub-região formada pelos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral³⁶, no seu plano de desenvolvimento regional, *Regional Indicative Strategic Development Plan*, identifica as desvantagens da livre circulação de pessoas – brain drain³⁷, comércio informal, mobilidade dos “factores de produção”, etc. (Crush e outros, 2005: 28) -- mas não define medidas para as contornar.

Adepoju (2005) acredita que o primeiro passo para ultrapassar algumas dessas dificuldades seria a criação de um Conselho Consultivo sobre Migração em cada um dos países. Outro importante aspecto seria a introdução dos assuntos relacionados com a migração no currículo escolar, de forma a sensibilizar os futuros dirigentes sobre as oportunidades e ameaças deste fenómeno. E por fim, dar mais atenção à disseminação de informação entre os potenciais emigrantes, informando sobre as leis de entrada e permanência, os regulamentos relativos ao emprego, cuidados de saúde, protecção social, mecanismos de transferência de remessas, etc.³⁸

³⁵ (anteriormente designada pela sigla em inglês *ECOWAS*) Constituída por Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

³⁶ (anteriormente designada pela sigla em inglês, *SADC*) Constituída por África do Sul, Angola, Botswana, Republica Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namibia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

³⁷ África perde por ano cerca de 20mil trabalhadores qualificados em benefício directo dos países industrializados (Tolentino e outros, 2008). Por sua vez, a África do Sul é o polo que mais atrai profissionais africanos do ramo da saúde, mas também iranianos e cubanos (OIM, 2008).

³⁸ Iniciativa já em prática em Cabo Verde, Mali e Senegal.

A diáspora é reconhecida como a 54^a nação do continente, assim o diz a União Africana. E constitui um elemento importante para o desenvolvimento dos objectivos da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (mais conhecida pela sigla em inglês *NEPAD*), que passam por erradicar a pobreza, acabar com a marginalização de África, acelerar o empoderamento da mulher e contribuir para o crescimento e desenvolvimento sustentável do continente. Contudo, como já foi mencionado, no âmbito dos acordos regionais, os esforços para reconhecer e promover os direitos dos migrantes e para garantir a livre circulação de pessoas nas respectivas regiões, têm sido limitados.

O desejo em fornecer apoio financeiro colectivo a projectos de desenvolvimento na sua zona de origem demonstra o interesse das comunidades emigradas em envolver-se cada vez mais no desenvolvimento local e, por extensão, na política local e nacional. Além disso, as recentes tentativas da França, Itália e Espanha, para facilitar e reduzir os custos de transferência das remessas, fomentam a iniciativa e as oportunidades de financiamento de pequenos projectos de desenvolvimento à escala local nos países beneficiários no âmbito do co-desenvolvimento³⁹. Do mesmo modo, muitos governos africanos têm desenvolvido esforços no sentido de atrair as suas comunidades na Europa, na América do Norte e em outros países africanos a investir no seu país de origem⁴⁰.

No entanto, os investimentos no continente continuam a ser ameaçados por questões de instabilidade política, burocracia, corrupção, falta de conhecimento dos mercados locais e das leis, fraqueza dos sistemas jurídicos e de regulação e falta de incentivos à criação de empresas.

Em matéria de migração, algumas medidas têm sido tomadas quer a nível sub-regional quer regional. Mas tal dinâmica é fragilizada pela pouca informação existente, pela fraca partilha de informação e *know-how* e fraca coordenação de actividades. O que leva à necessidade de se estabelecer e fortalecer parcerias. Uma parceria que deverá ser a nível local (entre regiões de um mesmo país), nacional (com a sociedade civil, o sector privado e o sector público), sub-regional (entre países da sub-região) e regional (entre blocos de integração).

Os decisores políticos necessitam de opções políticas informadas que possam potenciar o impacto positivo da migração no desenvolvimento. Sendo a migração um tema multi-dimensional, implica um grande esforço de coordenação, harmonização e coerência no seio dos governos, entre os diferentes ministérios, entre países das sub-regiões e entre os doadores e organizações internacionais. Apesar do recente e crescente interesse relativo às migrações, ainda existe um fosso entre as recomendações/políticas e a execução. Uma outra

³⁹ conceito popularizado pelos franceses, que constitui uma linha de pensamento nos estudos do desenvolvimento que consideram os migrantes como factores de desenvolvimento dos países de destino e, essencialmente, dos de origem.

⁴⁰ Existem conhecidos exemplos em Cabo Verde, Mali, Marrocos e Senegal.

fragilidade é a capacidade humana, a capacidade institucional e as infra-estruturas para a recolha e análise de dados.

A nível continental, as acções dos governos de Cabo Verde, Gana, Mali, Marrocos e Senegal são tidas como exemplos de abordagens completas – acções, políticas e instituições -- aos desafios que as emigrações apresentam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

África vive entre a antiga e descomprometida tradição de livre circulação de pessoas e a tentativa de mapeamento e regulamentação dos movimentos para fora do continente, imposta por actores externos, e dentro do continente, como forma de conhecer melhor os seus fluxos migratórios e tirar partido deles para o seu desenvolvimento.

A obtenção de números exactos de emigrantes e remessas é tarefa impossível. Todavia, existem estudos fiáveis e em quantidade suficiente para sustentar a tese de que os emigrantes e as remessas têm desempenhado papel vital nas estratégias de sobrevivência pessoal, financiamento da economia familiar e nacional e afirmação de alguns Estados.

Grande parte dos países africanos, principalmente na ASS, é ao mesmo tempo país de destino e de origem de migrantes, o que dificulta ainda mais uma análise acurada do paradigma migração-desenvolvimento. A maior parte das remessas para os países segue por canais informais dada a inadequada infra-estrutura financeira, o que, por sua vez, leva a custos de transacção mais elevados. A regulação é restritiva e não incentiva a utilização dos serviços e instrumentos financeiros tanto para os emissores como para os receptores de remessas. Não é dada atenção aos direitos dos migrantes. E existe uma falta de políticas que incentivem os migrantes e a diáspora a participar nas estratégias e actividades de desenvolvimento nacional.

Portanto, que fique claro que as remessas (financeiras e sociais), sob circunstâncias gerais desfavoráveis, não conduzem ao desenvolvimento. E que o ganho advindo destas não só permite aos emigrantes investir mas também dá-lhes a liberdade, e às suas famílias, para desengajar das sociedades de origem. Isto é, de se absterem de participar positivamente no desenvolvimento destas.

Sendo as remessas transferências de fundos privados, as políticas que os governos podem adoptar têm a natureza de incentivos. Os desafios dos países africanos, tendo em mente tanto os países como os blocos regionais existentes ou em formação, são:

- Desenvolver um sistema integrado de informação sobre as migrações e as remessas;
- Conceber e aplicar políticas mais centradas na redução dos custos das transferências, através da coordenação da acção com as instituições financeiras privadas;
- Adoptar medidas para estimular a inclusão das transferências informais nos circuitos formais, por exemplo, atraindo remessas através de serviços acessíveis, flexíveis e rápidos com a utilização de tecnologia de informação e comunicação;
- Informar, educar e oferecer formação profissional concebida para a migração, a circulação de competências e o desenvolvimento pessoal e nacional;
- Aperfeiçoar a coordenação entre os diversos serviços do Estado e da sociedade civil para servir mais eficazmente os emigrantes (serviços alfandegários, bancários, de transporte internacional e outros); e
- Integrar expressamente as remessas em projectos e planos de desenvolvimento local e nacional.

Num mundo em que as comunidades transnacionais -- constituídas por cidadãos que vivem e actuam, efectivamente, em vários países em simultâneo -- se estabelecem e ampliam os seus canais de transformação da(s) sociedade(s), o Estado deverá adoptar uma abordagem transnacional do desenvolvimento, onde a diáspora é parceira privilegiada. Tentativa em curso em Cabo Verde, Gana, Mali, Marrocos e Senegal, países cujas práticas são reconhecidas como exemplares pelos seus pares africanos.

A promoção do desenvolvimento é responsabilidade do Estado e não da diáspora. E sublinhe-se o facto de os governos e as agências de desenvolvimento deverem ter em mente que as remessas são recursos privados e que os migrantes e suas famílias têm as suas próprias expectativas e prioridades relativamente ao uso das mesmas. Também por isso, a migração deverá ser vista como uma entre outras variáveis integrantes de processos de desenvolvimento mais amplos. Processo nos quais se deverá contar com o importante papel do sector privado, das organizações da sociedade civil e das universidades.

O desafio é o de explorar formas de envolver as comunidades no exterior – observando aspectos que lhes são muito caros como a confiança e o sentimento de apropriação (*ownership*) -- e integrá-las em projectos de desenvolvimento local e nacional, de forma a assegurar um crescimento económico sustentado e equitativo. Este deverá ser um dos caminhos para se sair da pobreza, ao invés de somente se manter fora dela.

Referências bibliográficas

Adepoju, Aderanti (2005) "Migration in West Africa". Regional Studies, Global Commission on International Migration. Lagos. <http://www.gcim.org/attachements/RS8.pdf>

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2008) "2007 Global Trends: Refugees, Asylum-Seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons". <http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4852366f2.pdf>

Amin, Aloysius (2008) "OIM, IDEP and TrustAfrica Workshop on Migration and Economic Development in Africa: Summary Conclusions with Recommendations". Senegal. http://www.trustafrica.org/documents/OIM_IDEP_TrustAfrica_summary_conclusions.pdf

Arnfred, Signe e Mats Utas (2007) "Re-Thinking Africa: A contribution to the Swedish government white paper on Africa". The Nordic Africa Institute. Uppsala. http://www.nai.uu.se/policy_activities/africa_strategies/rethinking_africa.pdf

Banco Mundial (2008) "Migration and Remittances Factbook 2008" <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0..contentMDK:21352016~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>

Comissão Mundial para as Migrações Internacionais (2005) – "As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção". Edição em português: Fundação Calouste Gulbenkian. Relatório final. http://www.gcim.org/en/ir_experts.html

Crush, Jonathan, Vincent Williams e Sally Peberdy (2005) "Migration in Southern Africa". Regional Studies, Global Commission on International Migration. Cape Town. <http://www.gcim.org/attachements/RS7.pdf>

Gupta, Sajeev, Catherine Pattillo e Smita Wagh (2007) "Impact of remittances on poverty and financial development in Sub-Saharan Africa" working paper 07/38, Fundo Monetário Internacional. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2007/wp0738.pdf>

IFAD -- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola <http://www.ifad.org/events/remittances/maps/africa.htm>

Lucas, Robert (2006) "Migration and Economic Development in Africa: A Review of Evidence" Journal of African Economies, volume 15, supplement 2. Oxford University Press. Oxford.

Martin, Philip (2009) "The Recession and migration: alternative scenarios" working paper 13, International Migration Institute, University of Oxford. <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/wp13-martin>

Organização Internacional para as Migrações (2004) *International Migration Law nº1 - Glossary on migration*. Geneva.

Organização Internacional para as Migrações (2008) *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. Geneva. <http://www.iom.int/jahia/Jahia/cache/offonce/pid/1674?entryId=20275>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Governo do Gana e Nações Unidas (2007) "Regional Consultation on Migration, Remittances and Development in Africa – Final report". Accra. http://www.undp.org/partners/business/resources/Africa%20Regional%20Consultation%20Outcome%20Report_FINAL.pdf

Shaw, William (2007) "Migration in Africa: a review of the economic literature on international migration in 10 countries" Development Prospects Group, Banco Mundial. Washington DC. http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Migration_in_Africa_WilliamShaw.pdf

The web atlas on regional integration: <http://www.atlas-ouestafrique.org/spip.php?rubrique51> .

Tolentino, André, Carlos Rocha e Nancy Tolentino (2008) *A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_27.pdf

Tolentino, Nancy (2008) “Remessas e (potencial) desenvolvimento”. Trabalho no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG /Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. <http://www.adelinotorres.com/Estudantes.htm>

UNDESA -- Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População
“World Migrant Stock: The 2005 Revision” <http://esa.un.org/migration/>